

O PODER DA PALAVRA

THE POWER OF THE WORD

Paula Franssinetti de Moraes Dantas Vieira
Universidade Federal de Goiás
paula.pauladantas007@gmail.com

RESUMO: O homem tem buscado dominar o ambiente que o cerca e, para tanto, tem utilizado as mais diversas ferramentas, mas nenhuma é tão contundente e eficaz quanto a palavra. A língua materializada em discurso vai se tornar o meio pelo qual o homem discute seu mundo, sua convivência com os demais seres, bem como busca influenciar, seduzir ou dominar o outro. De posse da linguagem, ele mobiliza autoridade e agrega ao seu discurso o poder necessário para convencer, para determinar regras a serem seguidas, e para definir um status sócio-político-cultural, assim como recorre à palavra para lhe garantir meios de mobilidade social. Recorremos, então, aos seguintes estudiosos: Gnerre (1994), Lévi-Strauss (2007), Bagno (2009), Faraco (2009), Mignolo (2009), dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: palavra, dialogismo, poder, mobilidade social.

ABSTRACT: The man has tried to dominate his environment, and, do so, he has used a diversity of tools, but none of them is so efficient as the word. Language materialized into speech is going to become the means by which he talks about his world, his living among others, as well as he tries to influence, seduce and dominate the other. By owning the language, he tries to convey authority and brings to his speech the necessary power to convince, to determine rules to be followed, and to define a social-political-cultural status. He also uses the word to grant him means of social mobility. The following authors are quoted in the text: Gnerre (1994), Lévi-Strauss (2007), Bagno (2009), Faraco (2009), Mignolo (2009), among others.

KEY WORDS: word, dialogism, power, social mobility.

INTRODUÇÃO

O ser humano tem procurado dominar seu ambiente e é através da palavra, primordialmente, que ele tem conseguido alcançar seu intento da maneira mais contundente e eficaz. O discurso serve como um dos meios para o contato social, para buscar explicações sobre o que existe e para garantir seu domínio sobre o ambiente e sobre o outro.

Orlandi (2003, p. 7) afirma que “de posse desse saber sobre a linguagem, o homem tenta domesticar seus poderes e trazê-los para si” ao mesmo tempo em que utiliza esse saber para influenciar seu ambiente e mobilizar autoridade. Gnerre (1994, p. 5) também reforça essa afirmação ao parafrasear Bourdieu (1977) afirmando que “o poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato linguístico”. Contudo, mesmo tendo a intenção de dominar o ambiente através da linguagem em uso, é importante destacar as palavras do filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.) ao afirmar que a linguagem nos humaniza e torna possível a vida social. Desse modo, ele define o homem como ser político no sentido de ser capaz de viver em sociedade e que é através da linguagem com todos os seus sistemas que podemos nos expressar, representar ideias, valores, sentimentos e emoções.

Os PCNs¹ vão buscar no pensamento aristotélico as bases que fundamentam as diretrizes para o ensino médio e se referem à linguagem como “a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los [...]. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido”.

Para se fazer compreendido, o ser humano lança mão da linguagem como um sistema organizado de sinais ou signos responsáveis pela representação das ideias. Para tanto, a língua como instrumento social e abstrato será realizada concretamente através dos atos de fala e ainda da escrita. Tanto o agir verbalmente quanto a ação através de textos escritos vão adquirir valor se “realizados no contexto social e cultural apropriado” (GNERRE, 1994, p. 6). Atos de linguagem que não levam em consideração as relações sociais entre os interlocutores estão fadados ao fracasso por não veicularem adequadamente as mensagens e, desse modo, não conseguem garantir a compreensão da mensagem por parte de todos os envolvidos no processo comunicativo. Nesse sentido, a necessidade de se observar a adequação daquilo que se fala ao contexto apropriado (considerando-se as relações sociais envolvidas) garante aos interlocutores a possibilidade de inserção na sociedade.

Verificamos, então, que a definição de regras serve para padronizar a língua e garantir que seus usuários a utilizem de modo a promover sua compreensão. Todavia, o

¹ Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999, p. 125.

que se vê é a utilização da variedade padrão como meio de distinção social entre aqueles que a possuem e utilizam e aqueles que não. Esse processo de apropriação do saber vai determinar uma divisão social e econômica e, muitas vezes, fazer emergir entre seus detentores (da norma culta ou de prestígio) o preconceito, a intolerância e a manipulação ideológica que é alimentada diariamente em nossa sociedade.

Prova disso é a polêmica (bastante atual) que a mídia tem fomentado a respeito da distribuição do livro “Por uma Vida Melhor”, da Coleção Viver, Aprender – adotado pelo Ministério da Educação (MEC) e distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA). Muitas têm sido as manifestações, umas favoráveis outras não, no entanto, vemos nessa polêmica uma oportunidade salutar de se discutir o ensino, a gramática, e as ideologias que as estruturam.

Nossa intenção, então, é trazer, através deste artigo, algumas discussões a respeito da importância da dialogicidade, do poder da palavra e de seu uso como forma de mobilidade social. Para tanto, nos basearemos em alguns autores que tratam da importância da palavra para o processo dialógico, conforme vemos em Bakhtin (1974), Freitas (1994), Orlandi (2003), Bagno (2009), Faraco (2009); e autores que discutem a questão do poder e da palavra como meio de mobilidade social, como vemos em Gnerre (1994), Lévi- Strauss (2007) e Mignolo (2009). Passemos, a seguir, à discussão que vai tratar da palavra e dos princípios dialógicos que a constituem.

A PALAVRA – PRINCÍPIOS DIALÓGICOS

Para começarmos a trilhar o caminho da teoria dialógica buscamos suporte em Faraco (2009) que apresenta alguns dos textos escritos por Bakhtin. Em *Para uma filosofia do ato*, somos convidados a refletir sobre o dualismo entre o mundo da vida (o mundo prático, o real da existência humana, da historicidade viva) e o mundo da teoria (o mundo em que os atos concretos são objetificados).

Bakhtin reconhece a validade do mundo da teoria, no entanto, para ele, o mundo da vida significa a singularidade do momento vivido, uma vez que ele é único e irrepetível. Segundo Faraco (2009, p. 19-20),

Bakhtin, desde este seu primeiro texto, será um crítico contumaz do racionalismo [...], isto é, de um pensamento em que interessa o universal e jamais o singular; a lei geral e jamais o evento; o sistema e jamais o ato individual; um pensamento que contrapõe o objetivo [...] ao subjetivo, ao individual, ao singular [...]. Incomoda-lhe a ideia de sistema em que não há espaço para o individual, o singular, o irrepetível, o evêntico.

O ser axiológico irá apresentar, então, uma postura valorativa que emergirá do contato com ele mesmo e com o Outro concretizado pela palavra, pelo enunciado, pelo diálogo. A palavra irá se constituir como mediadora entre a consciência do indivíduo e o meio exterior (STELLA, 2005), sendo que é a partir dessa interação que a palavra irá ser preenchida de valores sociais, recebendo carga significativa sempre que vinculada a um enunciado concreto. Para Stella (2005), sempre que escolhermos as palavras que farão parte do nosso ‘projeto discursivo’, elas carregarão ‘traços’ que possibilitarão seu uso em situações específicas. Tal fato é possível em virtude das palavras já terem sido experimentadas em outras situações e por outros interlocutores, garantindo dinamicidade ao contexto.

Segundo Stella (2005, p. 181), a compreensão da palavra é o resultado de um “processo de confronto e interpretação” e que “proporciona uma reavaliação, uma modificação e o surgimento de um novo signo na consciência, [...] resultado do contato e da assimilação pelo sujeito da *palavra do outro*”. Sendo assim, a carga ideológica constituída pela ação discursiva do sujeito bakhtiniano irá emergir nos encontros casuais, nas situações do dia-a-dia, diferentemente da noção de ideologia proposta pela teoria Marxista que a trata de maneira mecanicista. Para Miotello (2005), no livro *Marxismo e filosofia da linguagem* e ainda em *Problemas da poética de Dostoiévski*, o círculo bakhtiniano² irá tratar de maneira mais profunda a questão da ideologia tomando por base o estudo da linguagem, pois, para eles,

[...] todo signo, além dessa dupla materialidade, no sentido físico-material e no sentido sócio-histórico, ainda recebe um ‘ponto de vista’, pois representa a realidade a partir de um lugar valorativo, revelando-a como verdadeira ou falsa, boa ou má, positiva ou negativa, o que faz o signo coincidir com o domínio ideológico (MIOTELLO, 2005, p. 170).

² Grupo de discussões que acontecia na Universidade de São Petesburgo e que reunia estudantes e ex-estudantes com interesses comuns. Desde 1911 o círculo era bastante ativo e liderado pelo irmão de Bakhtin – Nicolai Mikhailovich Bakhtin. http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao05/col_cb.php

Miotello (2005, p. 171) reforça a compreensão de que o sujeito bakhtiniano “não se constitui apenas pela ação discursiva, mas todas as atividades humanas, mesmo as mediadas pelo discurso, oferecem espaço de encontros de constituição da subjetividade, pela constituição dos sentidos”. Para Bakhtin, o signo é social e ideológico na medida em que ele funciona como ligação entre o individual e o social, assim como reflete e refrata a realidade e o momento sócio-histórico no qual está inserido. Se tomarmos a palavra “pão”, como exemplo, vemos que ela faz parte do grupo semântico de alimentos. No entanto, ao inserirmos a palavra “pão” no contexto religioso, um novo sentido lhe é atribuído e vai refletir uma ideologia. Desse modo, o pensamento individual não cria uma ideologia, mas é por ela influenciado.

É nesse momento que compreendemos, então, o dialogismo bakhtiniano como o princípio que, segundo Dahlet (2005, p. 55), “estabelece a interação verbal como centro das relações sociais” nas quais o sujeito é coautor de seus enunciados, uma vez que o partilha com as outras vozes sociais presentes no contexto (ou contextos) do qual os enunciados emergem.

Também como parte da questão dialógica, destacamos o modo como respondemos ou nos dirigimos ao Outro. O endereçamento (*addressivity*) pode ser, então, compreendido conforme Orr (2005, p. 62) como uma “adaptação discursiva recíproca”³ na qual o ouvinte lança mão de estratégias comunicativas contextualizadas em resposta aos enunciados do falante. Dessa forma, o Eu tenta contextualizar a ideologia e a intenção do Outro para, por sua vez, ao desempenhar o seu papel como falante, garantir a possibilidade de ser também portador de intenções e ideologias em seu discurso. Para Braxley (2005, p. 13), “implícita à ideia de diálogo está o desejo de solicitar uma resposta; podemos até mesmo ter um respondente particular em mente”⁴, sendo que, para esse autor, ao escrevermos um texto podemos nos distanciar de nosso respondente em termos de espaço e tempo, no entanto, continuamos a tê-lo como nosso alvo. Portanto, para Bakhtin (1986, apud Braxley, 2005, p. 13), “o ouvinte é sempre um

³Tradução minha.

⁴Tradução minha.

respondente ativo”⁵. De acordo com Braxley (2005), ele pode ser ‘o próximo elo na corrente’.

Quando nos envolvemos em situações dialógicas, estabelecemos relações que deixam transparecer através da natureza semiótica do signo as diferentes esferas sociais pelas quais transitamos. Somos indivíduos socialmente organizados e nossa *práxis* reflete os valores nos quais acreditamos e que representam o grupo ao qual pertencemos. Dessa forma, Faraco (2009, p. 122) afirma que ao emitirmos um enunciado sempre haverá uma tensão entre as forças centrípetas (centralizadoras, monologizadoras) e as forças centrífugas (que resistem à monologização), uma vez que “os enunciados manifestam-se fundamentalmente como uma tomada de posição axiológica, como resposta ao que já foi dito. Sua significação comporta sempre esse estrato valorativo”. Assim, ao travar um diálogo, ao produzir um texto escrito, o indivíduo estabelece uma relação entre seu enunciado e os ‘horizontes sociais de valor’ e, fundamentalmente, entre aquilo que foi dito e o que foi presumido. Para Faraco (2009, p. 122), os enunciados emergem, então, “nesse caldo heteroglóssico e nos pontos de tensão entre essas forças”.

Após termos discutido alguns dos conceitos bakhtinianos acerca da dialogicidade amparados em autores que estudam e analisam seu legado, passamos, na sequência, ao momento em que discutimos acerca da palavra, da escrita e do poder.

PALAVRA, ESCRITA E PODER

Estudar a dialogicidade bakhtiniana implica em analisar o discurso e, paralelamente, perceber o poder advindo de tal discurso. Ao voltarmos nosso olhar para o processo social e evolutivo do homem, vemos que a palavra sempre esteve associada à noção de poder. De acordo com Calvet (2011), a palavra surgiu da necessidade de se articular o gestual, o pictórico a signos que pudessem compilar informações de modo a não serem perdidas com o tempo. Para o autor, alguns consideram que a escrita nasceu da necessidade de agricultores em contabilizar seus animais e suas produções agrícolas.

⁵Tradução minha.

Para outros, a escrita foi um fenômeno urbano constituída em aldeias com a função de contabilizar o que era fabricado, transportado e detalhado nas relações sociais.

Calvet (2011) afirma, então, que a escrita surgiu a partir de necessidades práticas (contabilizar a produção, fazer contas, redigir contratos) e em função da evolução das sociedades. No entanto, a relação entre escrita e poder logo se estabeleceu uma vez que a palavra era de domínio de uns poucos privilegiados e, em função disso, logo foram definidos como bárbaros os grupos sociais que não eram possuidores desse talento. Calvet (2011, p. 123) vai buscar em Rousseau⁶ a relação que ele estabelece para as três maneiras de se escrever e como são considerados aqueles que as detém. Para Rousseau a pintura seria uma forma que os povos selvagens teriam encontrado para se comunicar; os signos de palavras seriam utilizados pelos povos bárbaros; e, por último, o alfabeto que seria o meio de comunicação utilizado pelos povos organizados.

Dessa forma, verifica-se que a escrita é um dos apanágios do poder e que tem servido como “fundamento para rebaixar o outro” (ibid., p. 124). Lévi-Strauss (2007, p. 282) vai refletir sobre a importância da escrita ao afirmar:

Coisa estranha é a escrita. Tudo indicaria que sua aparição não poderia deixar de determinar mudanças profundas nas condições de vida da humanidade; e que essas transformações deveriam ser, acima de tudo, de natureza intelectual. A posse da escrita multiplica fantasticamente a capacidade dos homens para preservar os conhecimentos. Com facilidade a conceberíamos como uma memória artificial, cujo desenvolvimento deveria acompanhar-se da maior consciência do passado, portanto de maior capacidade para organizar o presente e o futuro.

Ainda no que concerne a questão acerca do poder da palavra, Gnerre (1994) reforça a questão do poder das palavras uma vez que as crenças e os valores aceitos pelas classes dominantes são através delas veiculados. Assim, Gnerre (1994) introduz a discussão acerca de palavras-chaves para a cultura ocidental do século XX como *democracia* e *ditadura*, por exemplo. Para ele, o fato de se adquirir conhecimento e, conseqüentemente, produzir mensagens está ligado à “competência nos códigos linguísticos de nível alto” (ibid., p. 21) e esse conhecimento possibilita que seu usuário faça ajustes no léxico e na sintaxe da língua de modo a poder se dirigir a um grupo seletivo. Tal escolha lexical e vocabular certamente está vinculada a uma intenção

⁶Jean-Jacques Rousseau, *Essai sur l'origine des langues*, edição de 1817, p. 508. Ed. br.: *Ensaio sobre a origem das línguas*. Trad.: F. M. L. Moretto. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

discursiva e filtra o processo comunicativo, deslocando para a periferia os não iniciados na linguagem padrão e nos conteúdos a ela associados.

Portanto, “passar forçosamente as pessoas através do túnel da educação formal significa fornecer a elas alguns parâmetros para reconhecer as posições pessoais e fornecer um mapa da estratificação social” (ibid., p. 30). Dessa forma, o conhecimento das palavras-chave concede ao seu usuário a garantia necessária para se inserir no mundo de poder e reafirmar sua identidade garantindo-lhe a sensação de ‘pertença’ a grupos específicos.

Como consequência, há que se destacar ainda a questão da identidade, uma vez que a escolha lexical se constitui como identitária por apontar os possíveis grupos sociais que se revelam de acordo com o vocábulo utilizado. As gírias e os jargões se constituem, então, como índices que indicam o grupo de pertença, sendo que o mesmo acontece com traços linguísticos como o sotaque, indicativo da região do falante. Todas essas características destacadas podem ser consideradas como fatores discriminantes tanto em termos linguísticos como em termos sociais, uma vez que se pode discriminar um falante por deixar transparecer seu local de origem ou ainda seu *status* social ou financeiro.

Assim como Bagno (2009), acreditamos na importância de uma visão equilibrada sobre o uso da língua, pois é preciso ter em mente a questão da adequação. Para o autor, “usar a língua, tanto na modalidade oral como na escrita, é encontrar o ponto de equilíbrio entre dois eixos: o da *adequação* e o da *aceitabilidade*” (ibid., p. 154), uma vez que não se pode reduzir a questão do preconceito a um simples ‘vale tudo’, mas, parafraseando Bagno (2009), compreender que em termos de língua ‘tudo vale’ alguma coisa.

Porém, é necessário que se leve sempre em consideração os interlocutores, o contexto, a mensagem, a escolha vocabular e a intenção que perpassa o discurso. Desse modo, tenta se garantir o que Bakhtin apregoa como equipolência entre as vozes sociais que não se caracteriza como uma visão romanceada do papel do discurso, mas, sim, como uma tentativa de se instaurar uma arena onde a democracia discursiva prevaleça e um momento e local quando e onde o Eu e o Outro podem estabelecer relações que certamente produzirão momentos verdadeiramente dialógicos.

Ao continuar a discussão acerca da palavra, nos movemos, na sequência, em direção ao momento em que tratamos da questão da palavra como meio de mobilidade social.

A PALAVRA COMO MEIO DE MOBILIDADE SOCIAL

O papel da educação tem sido valorizado e revalorizado ao longo dos tempos, ainda que em bases diferentes, e associado ao crescimento econômico e à integração social dos indivíduos (LEMOS et al., 2009).

O domínio da palavra e, por extensão, da norma padrão traduz, aos olhos de muitos, o meio de se obter ascensão social, uma vez que quem domina a palavra pode ocupar o topo da pirâmide social, econômica e política de determinado lugar. No entanto, tal afirmação é um mito a ser quebrado, pois, nesse sentido, ironicamente Bagno (2009, p. 89) afirma:

Ora, se o domínio da norma-padrão fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo? Afinal, supostamente, ninguém melhor do que eles dominam a norma-padrão. Só que a verdade está muito longe disso, como bem sabemos nós, professores, a quem são pagos alguns dos salários mais obscenos de nossa sociedade.

Para o autor, o domínio da norma culta não representa a solução para questões econômicas e sociais. Porém, garantir o acesso à educação, à cultura, à saúde e a uma vida digna repercute na boa qualidade de vida do cidadão. Contudo, o que se verifica é que, de maneira geral, a crença na possibilidade de mobilidade social está diretamente ligada ao poder da palavra.

Nesse sentido, Lemos et al. (2009), chama a atenção para o livro ‘A distinção’ de Bourdieu (1988) no qual ele traça um panorama a respeito do impacto da origem social no aumento das chances de inserção no mercado de trabalho. O resultado de suas pesquisas e reflexões vão conduzir o leitor a um resultado não tão animador em que revela que as condições estruturais fatalmente reproduzem as posições de classe na sociedade capitalista, ou seja, os mecanismos sociais servem como meio de reproduzir as estratificações existentes e que a educação não será, necessariamente, o instrumento

de colocação do indivíduo em um patamar mais elevado em relação aquele em que se encontra.

Ao tratar dos mitos e preconceitos que envolvem o processo educativo e particularmente a questão da norma culta, Bagno (2009) traz um exemplo da realidade brasileira e o discute à luz da questão da desigualdade social. Seu exemplo vai tratar da chegada de um operário à presidência da República nos seguintes termos:

A chegada à presidência da República, em 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva, oriundo da classe operária, é uma simples exceção que confirma a regra, já que sua eleição não representou, de fato, uma revolução social, uma transformação radical das estruturas de poder (oligárquicas e autoritárias) que se constituíram ao longo da história do Brasil. Nos bastidores da vida brasileira, continuam a imperar as mesmas elites de sempre.

O que se verifica não é uma exceção à regra, mas, de acordo com as palavras do autor, uma “exceção que confirma a regra”, uma vez que as estruturas de poder continuam as mesmas, sendo compostas pela elite de sempre. No entanto, acreditamos que a possibilidade de mobilidade social existe, mas seria uma visão romântica da realidade acreditar que a transformação da sociedade como um todo se dá somente pela educação.

Vivemos em uma sociedade com desigualdades sociais profundas na qual se faz necessário e imperativo discutir os meios de se buscar minimizar essas diferenças para, só então, buscar promover a ascensão social. Talvez, a discussão acerca dos preconceitos possa representar um dos caminhos para tanto, fazendo dessa discussão o momento de valorização das culturas e dos saberes individuais e coletivos.

A discussão acerca da realidade se constitui, assim, como benéfica e eficaz no sentido de se observar os deslocamentos possíveis de acontecer. Então, ter consciência de sua posição representa o ponto de partida para outras paragens e, nesse sentido, Brandão (1997, p. 282) afirma

Descobre-se que há uma instância superior de percepção, de revelação da verdade que é a consciência: o ser que eu sou é captado pelo ato de pensar. A verdade não é simplesmente reconhecida, mas produzida pelo homem nesse processo de percepção de si próprio. O “eu penso, logo existo” de Descartes constitui o fundamento de uma filosofia humanista que tem como ponto de partida e como referencial privilegiado o homem interior, isto é, a subjetividade.

Voltar o olhar para a sua subjetividade exige saber se reconhecer e identificar aquilo que é possível de ser conquistado. Portanto, o dialogar consigo é um processo que vai implicar em uma transformação do conhecimento da realidade. Dessa forma, “o real passa a ser apreendido pela consciência” (ibid., p. 282) que conduz ao entendimento da própria identidade e, talvez, implique em mudança de hábito, de situação social e econômica, gerando a tão propagada mobilidade social.

Em algumas sociedades, a questão da mobilidade social é tida como inexistente, uma vez que possibilidades de ascensão ou rebaixamento são consideradas nulas e a sociedade classificada como estratificada. Tal fato se dá em virtude de fatores culturais ou religiosos, por exemplo. Todavia, não é nossa intenção discutirmos sobre a estratificação neste momento, sendo importante destacar que, para muitos, acreditar na possibilidade de ascensão econômica é um fator motivador e a educação se constitui como um meio para se alcançar tal objetivo. O domínio da palavra se constitui, então, como um instrumento para se alterar o meio social, promover a mobilidade social e, conseqüentemente, se estabelecer como garantia de uma situação financeira um pouco mais estável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir sobre a palavra, sobre os processos dialógicos que dela derivam, sobre as relações de poder e de mobilidade social garantiram momentos reflexivos, contundentes e de fruição por podermos nos debruçar sobre autores diversos e que conseguem traduzir sentimentos profundos acerca do tema escolhido.

Ao sermos apresentados a autores como Brandão (2006), Lévi-Strauss (2007), Gnerre (1994) Mignolo (2009), entre outros, somos conduzidos a refletir sobre as diversas questões de desigualdade. Assim, como os pesquisadores estudados, temos o dever de dar continuidade a esses trabalhos e procurar desmistificar em nossos alunos questões como o preconceito, que talvez existam por falta de conhecimento sobre o outro e sobre sua cultura.

Desse modo, finalizamos nossa discussão reiterando a importância da palavra, do enunciado, do diálogo e do voltar-se para si na tentativa de se compreender e,

consequentemente, compreender o outro e o mundo. Assim o fazendo, tornamos possível o respeito pelo outro, pela cultura do outro, e redimensionamos o lugar do conhecimento, do ensino e do saber ao compreendermos o poder da palavra e de sua dimensão dialógica.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. Preconceito linguístico – o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2009.

BAKHTIN, M. M. Para uma metodologia das ciências humanas (1974). Toward a Methodology for the Human Sciences. In: *Speech Genres & Other Late Essays*, p. 159-172.

BOURDIEU, P. La distinction. Madrid: Taurus, 1988.

BRANDÃO, H. H. N. Escrita, Leitura, Dialogicidade. In: *Bakhtin – dialogismo e construção do sentido*. Beth Brait (Org.). São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRAXLEY, K. Mastering Academic English: international graduate students' use of dialogue and speech genres to meet the writing demands of graduate school. In: HALL, J. K.; VITANOVA, G.; MARCHENKOVA, L. (Ed.). *Dialogue with Bakhtin on second and foreign language learning: new perspectives*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2005. p. 11-32.

CALVET, LOUIS-JEAN. Tradição Oral & Tradição Escrita. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

DAHLET, P. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. P. 55-84.

FARACO, C. A. Linguagem e Diálogo – as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FREITAS, M. T. de A. O pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil. São Paulo: Papirus Editorial, 1994.

GNERRE, M. Linguagem, Escrita e Poder. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LEMOS, A. H. C.; DUBEUX, V. J. C.; PINTO, M. C. S. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. Caderno EBAPE. BR, v. 7, n. 2, artigo 8, Rio de Janeiro, jun. 2009 – p. 376-384.

LÉVI-STRAUSS, C. Tristes Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MIGNOLO, W. El lado más oscuro Del Renacimiento. Universitas humanística n. 67 enero-junio de 2009 p. 165-203. Bogotá – Colombia issn 0120-4807.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p.167-176.

ORLANDI, E. N. O que é linguística. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ORR, J. L. Dialogic investigations: cultural artifacts in ESOL composition classes. In: HALL, J. K.; VITANOVA, G.; MARCHENKOVA, L. (Ed.). *Dialogue with Bakhtin on second and foreign language learning: new perspectives*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2005. P. 119-147.

RAMOS. Curso superior garante emprego? O Globo, Rio de Janeiro, p. 31, 12/11/2006.

STELLA, P. R. Palavra. In: BRAIT, B. (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p. 177-190.